

A pesar das informações do presidente Sarney ao deputado Ulysses Guimarães garantindo que não admitiria a formação de um bloco suprapartidário, a estrutura situacionista está montada na Constituinte.

O incidente com a falsificação das assinaturas do presidente do Senado e de quatro deputados federais do PMDB da Paraíba em favor da nomeação dos dirigentes regionais do INPS permitiu concluir que a ciranda dos cargos federais estava assegurando a formação do bloco sarneysista na Constituinte.

O resultado das reuniões realizadas nos últimos dias em Brasília pelos constituintes da direita e da esquerda e as manifestações dos respectivos líderes de grupos e setores reforça essa convicção.

Um dos grupos conservadores promoveu, ontem, mais um encontro no apartamento do deputado Marcus Lima, enquanto outro, liderado pelo deputado Cardoso Alves promoverá outra reunião no Clube do Congresso. Os dois grupos planejam fundir-se para efetivar o bloco suprapartidário de apoio ao presidente Sarney.

É evidente que o presidente da República age indiretamente, através de seu líder na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna. Este,

procura disfarçar a missão que executa no Congresso; porém, valem os fatos e não as evasivas do parlamentar baiano. O contato tem sido feito em todas as legendas com exceção do PT e do PC do B, visando à formação dessa estrutura suprapartidária que é para o presidente Sarney uma dupla garantia: a de poder contar com um bloco homogêneo de sustentação parlamentar e a colocação do PMDB em escanteio, eliminando o jogo de pressão conseqüente de sua força majoritária.

Não é sem razão que o presidente ao ser questionado sobre o parlamentarismo, diz que Ulysses já é o primeiro-ministro, pois pode reunir 80% do gabinete em sua residência todas as vezes que desejar. E lembra que isto tem ocorrido comumente.

O trabalho do governo é no momento a tentativa de harmonizar os grupos conservadores em um único bloco, calculando que lhe seja possível alcançar a casa dos 300 constituintes dispostos a qualquer decisão visando ao fortalecimento do presidente da República e de suas duas principais reivindicações: o mandato de cinco anos e o sistema presidencialista.

Não é permitida a apresentação de substitutivo, exceção feita ao relator que tem essa possibilidade prevista no Regimento.

Freitas Nobre A estrutura de Sarney está pronta

ANC P6

Mas os grupos conservadores, na impossibilidade regimental de apresentação de substitutivo, dividirão o texto que já prepararam em tantas emendas quantas forem necessárias e serão protocoladas até o próximo dia 13, quinta-feira.

Além disso, a polarização das forças ditadas progressistas e conservadoras fica mais evidente nas reuniões particulares realizadas nos apartamentos dos deputados, sendo significativa a que se realizou na residência da deputada Rose de Freitas com a presença de 23 constituintes e do presidente nacional do PMDB.

Os parlamentares "progressistas" têm analisado nessas reuniões manifestações como as do deputado Cardoso Alves, em São

José dos Campos, confirmando a organização do bloco sarneysista, como uma "estrutura suprapartidária", sob a alegação de que "pe-lo número, o comando da Constituinte deveria pertencer ao nosso grupo, o que não ocorre porque a esquerda tem mais esperteza".

Atendendo ao convite para a reunião no apartamento da deputada Rose de Freitas, Ulysses reconheceu a necessidade de uma "costura" política, valorizando as manifestações mais veementes de constituintes como o senador Mansueto de Lavor, e os deputados Chico Pinto, Nelson Friedrich, Raquel Capi-baribe, Domingos Leonelli, Ademir Andrade, Hermes Zanetti e Cristina Tavares.

Outros 32 deputados reuniram-se com o constituinte Euclides Scalco, da direção nacional do PMDB, e, ao lado das críticas formuladas, debruçaram-se sobre 19 temas polêmicos do texto do projeto de Constituição, com a deputada Ana Maria Rattes advertindo que "a implosão do PMDB é inevitável".

As observações mais curiosas, porém, estão sendo feitas sobre a instalação de uma Comissão de Fiscalização e Controle dos Atos do Executivo, resultante de uma proposição do deputado Miro Teixeira e deixa o governo do presidente Sarney sob a mira dos fiscais da Constituinte. Essa comissão tem mais poderes que uma CPI, pois além de ter uma

composição de 27 constituintes, será o único órgão funcionando até o final dos trabalhos, ou seja, até a promulgação do novo texto constitucional.

Pode ser a Constituinte fiscalizando Sarney e seu governo.

A emenda pelos quatro anos de mandato com 188 assinaturas entregue pelo deputado Arnaldo Faria de Sá contém, somente do PMDB, 92 apoios, com a explicação dada pelo próprio promotor da iniciativa de que outros estão solidários na votação, porém não pretendem antecipar-se, assinando a proposta.

Toda essa movimentação, apesar dos informes do SNI, do computador do dr. Hargreaves e do minucioso levantamento do ministro Aníbal Teixeira, não deixa tranqüilo o presidente Sarney. E essa intranqüilidade é a razão de ter atribuído aos governadores, pela convocação de Orestes Quercia, no Rio de Janeiro, reunião que terá como pano de fundo a reforma tributária com a que estão preocupados os Estados, mas que tem um objetivo mais preciso: o presidencialismo, de interesse também dos chefes de executivos estaduais e os cinco anos de mandato para eles que têm os olhos postos na República e na eliminação dos que eles chamam de "candidatos septuagenários"...